

BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA



Anna Gilda Dianin
Advogada
especialista em
Direito Educacional
e Direito Sindical.
Presidente do
Sinepe/Sudeste/MG

No último dia 1º de janeiro, com pompa e circunstância, diante de milhares de brasileiros que esperavam – presencialmente e através dos meios de comunicação – a liturgia da posse presidencial, eis que, como em um passe de mágica, a presidente saca de sua cartola discursiva o lema que encabeçará o mandato que se iniciava: “Brasil, pátria educadora”. Os presentes próximos, entre eles o novo ministro da Educação, viram e ouviram um tanto perplexos e maravilhados. Afinal, é um lema sonoro e bonito. É quase concreto. Fácil é imaginá-lo inscrito nos documentos oficiais do MEC e até mesmo esculpado nos jardins do prédio principal desse Ministério na Esplanada. Difícil mesmo é cravar a concreção de seu conteúdo nas cabeças que presidem a burocracia.

Para transformar o lema em realidade, nada mais é necessário do que cumprir as normas e diretrizes constitucionais vigentes, inclusive os tratados internacionais, dos quais somos signatários.

Se, efetivamente, o novo governo quer adotar o lema divulgado a plenos pulmões, não precisa pensar em ações mirabolantes. O receituário está pronto – há pelo menos 25 anos, como se vê na Declaração de Jomtien–, e, embora prescrito para a educação básica, não apresenta nenhuma contraindicação para os demais níveis de ensino. O art. 7º da Declaração prescreve:



©JJPan/Stockphoto

Art. 7º. Fortalecer as alianças

As autoridades responsáveis pela educação em níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a essa tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. Nesse contexto, as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os países signatários da Recomendação Relativa à Situação do Pessoal Docente OIT/UNESCO (1966). Alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica. Quando nos referimos a “um enfoque abrangente e a um compromisso renovado”, incluímos as alianças como parte fundamental.

E, no Plano de Ação que se segue à Declaração, lê-se:

11. Por serem as necessidades básicas de aprendizagem complexas e diversas, sua satisfação requer ações e estratégias multissetoriais que sejam parte integrante dos esforços de desenvolvimento global. Se, mais uma vez, a educação básica for considerada como responsabilidade de toda a sociedade, muitos parceiros deverão unir-se às autoridades educacionais, aos educadores e a outros trabalhadores da área educacional, para



o seu desenvolvimento. Isso implica que uma ampla gama de colaboradores – famílias, professores, comunidades, empresas privadas (inclusive as da área de informação e comunicação), organizações governamentais e não governamentais, instituições etc. – participem ativamente na planificação, gestão e avaliação das inúmeras formas assumidas pela educação básica. (...)

28. Na definição do plano de ação e na criação de um contexto de políticas de apoio à promoção da educação básica, seria necessário pensar em aproveitar ao máximo as oportunidades de ampliar a colaboração existente e incorporar novos parceiros como, por exemplo, a família e as organizações não governamentais e associações de voluntários, sindicatos de professores, outros grupos profissionais, empregadores, meios de comunicação, partidos políticos, cooperativas, universidades, instituições de pesquisa e organismos religiosos, bem como autoridades educacionais e demais serviços e órgãos governamentais (trabalho, agricultura, saúde, informação, comércio, indústria, defesa etc.). Os recursos humanos e organizativos representados por esses colaboradores nacionais deverão ser eficazmente mobilizados para desempenhar seu papel na execução do plano de ação. A parceria deve ser estimulada em níveis comunitário, local, estadual, regional e nacional, já que pode contribuir para harmonizar atividades, utilizar os recursos com maior eficácia e mobilizar recursos financeiros e humanos adicionais, quando necessário.

É fácil intuir que, para executar o lema proposto, jamais poderá o Estado excluir o setor privado, a família e demais setores e membros da sociedade. Todavia, sabe-se que não é fácil construir a ponte que conduza à outra margem, unindo, assim, os interesses aparentemente conflitantes entre os setores públicos e privados. Mas é necessário, antes de tudo, que os governantes tenham a grandeza de não se deixar levar pelos impulsos que conduzem à apropriação pelo Estado das tarefas e artes de execução.

É grande a resistência do Estado em acolher propostas da iniciativa privada e, essa resistência precisa ser quebrada. Para dar efetividade à bonita expressão “Brasil, pátria educadora”, o novo ministro tem diante de si um desafio decisivo: elaborar um projeto construtivo que permita aos órgãos do ensino captar o que de melhor podem oferecer tanto o setor público quanto o privado. É necessário estabelecer um diálogo permanente entre o público e o privado, diálogo no qual se avaliem e se corrijam eventuais desvios. E somente a construção dessa ponte possibilitará o trânsito do diálogo e das boas práticas. A pátria espera que algo seja feito em prol da educação. Mais que isto, a pátria reclama e exige! ■

annadianin@uol.com.br



© JJPar/istockphoto